

HISTÓRICO E ELEMENTOS CONCEITUAIS

Marco zero: constatação do problema

Falta escala: ações isoladas e recursos pulverizados

A idéia de uma Rede de Tecnologia Social vem de constatações comuns a muitas das instituições que trabalham com fomento tecnológico e apoio a projetos sociais no País: a atuação no âmbito social é pequena frente à magnitude da questão social nacional. Por mais que reconheçamos o valor de experiências exitosas, cuja visibilidade vem crescendo, não podemos deixar de reconhecer também que tais experiências se restringem a algumas dimensões sociais ou comunitárias, de forma localizada.

As especificidades das comunidades não anulam o caráter geral dos problemas sociais: emprego e renda, educação, informação e cultura, habitação, saúde, combate à fome, acesso a água potável e a saneamento básico são demandas sociais atendidas em pequena quantidade e presentes no conjunto da sociedade.

“Demandas e necessidades nem sempre são coincidentes: é muito improvável que alguma população demande vacinas, mas certamente são necessidades.”¹

Encontro RTS, São Paulo, 19/1/2005

A tecnologia é uma construção social cujos custos estão em relação inversa a sua multiplicação: quanto mais reproduzida a solução de um problema, menores são seus custos. Assim, há uma dimensão do problema cuja solução está na escala das ações, possível através do uso de tecnologias, conhecimento codificável que pode ser reproduzido em territórios diversos.

Mas a escala é apenas uma das dimensões da Tecnologia Social: sua reprodução não é mera cópia, mas deve garantir às populações (ao conjunto de habitantes de um território) a apropriação de processos e produtos. Deve ainda reconhecer e qualificar a produção de soluções locais. Por isso esta RTS optou pelo uso do termo “reaplicação de tecnologias sociais” para se referir a ações em escala.

¹ “Esses dois conceitos – demanda social e necessidade social - têm sido empregados mais ou menos como sinônimos. Acreditamos [cf. Jorge Nagle, ABC e ITS, 2003:9] que existe uma diferença fundamental entre ambos, entre o que é pleiteado por determinada população e o que é determinado por um diagnóstico. Uma coisa é a demanda que se recebe, outra é a necessidade que se identifica.” Martina Rillo Otero e Fabiana Alves Jardim (ITS), “Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social”, em Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento.

De acordo com o Dicionário Houaiss, reaplicar tem sentido preciso: “*tornar a aplicar, aplicar novamente*”. Como exemplo, fornece a frase “*reaplicou os lucros*”, cujo sentido encerra propositalmente a *idéia de agregar mais valor ao valor originalmente investido*. Replicar tem mais sentidos, e pode significar “responder a objeções”, “fazer réplica ou imitação de”, “tornar-se múltiplo”, “duplicar-se”.

Ainda em relação à escala, considera-se que os recursos (escassos) estão pulverizados, as ações têm poucas conexões entre si, há sobreposições e há lacunas. As instituições têm lógicas próprias de funcionamento e o resultado de suas atuações tende a atacar os problemas apenas parcialmente. A ausência de soluções integradas (concertadas entre atores e continuadas, concatenadas no tempo) anula esforços, desperdiçando-se grande parte dos recursos investidos.

A construção de sinergias através da articulação e integração entre atores – públicos e privados, governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais - é a principal estratégia de atuação da RTS.

Cabe um destaque à ação dos agentes públicos: o esforço de organizações de direito privado, ainda que com caráter público, não podem prescindir da participação ativa dos agentes públicos governamentais, e por isso a ênfase desta Rede na necessária articulação com as políticas públicas. Escala de soluções e integração de ações entre os agentes de desenvolvimento sintetizam duas das condições necessárias para o equacionamento do problema social.

Sustentabilidade: complementaridade (aqui e agora) e encadeamento de ações (continuidade no tempo)

Quando analisadas isoladamente ou por uma imagem congelada no tempo, as ações sociais tendem a parecer soluções completas, efetivas e eficazes. Quando as analisamos no *contexto* do problema que pretendem solucionar ou por um período maior de *tempo*, no entanto, elas mostram-se pouco completas e com duração limitada. Percebe-se, assim, a necessidade de se levarem em conta (1) complementaridade e (2) o encadeamento de ações, elementos necessários à sustentabilidade das ações.

Por complementaridade podemos lembrar a imagem da construção de um laje²: os insumos necessários (cal, cimento, areia) precisam estar no local da obra independentemente de quem sejam os fornecedores. É preciso uma fonte de água disponível e pessoas dispostas a

² Esta imagem foi mencionada por Ladislaw Dowbor, cuja participação na RTS tem enfatizado a complementaridade de ações como elemento fundamental ao sucesso da replicação de tecnologias sociais.

arregaçar as mangas: uma prepara a massa, outra a coloca em recipientes, uma outra sobe a escada carregando-a enquanto mais uma molha a massa despejada sobre a estrutura da futura laje. Depois de tudo, a premiação ao trabalho: feijoada com caipirinha para todos completa a etapa, mobilizando pessoas para mais ações conjuntas. A construção da laje mostra a sinergia advinda de ações que se fossem realizadas isoladamente jamais produziriam o efeito necessário. Este trabalho árduo merece ser finalizado com contrapartidas a todos: uns ganharão uma nova moradia; outros, uma bela refeição na convivência dos amigos. A dificuldade de articulação de lógicas institucionais distintas é, por vezes, o maior obstáculo à realização do objetivo.

Quanto ao encademento de ações, para que seja atingido é necessário avaliar o *antes* e o *depois*: de onde se parte? Que objetivo pretende ser alcançado? Os recursos investidos serão recuperados com ganhos ao final do processo? Os recursos investidos precisam criar condições para a solução de novos problemas, e é por este aspecto que a organização social é a base à reaplicação de qualquer tecnologia social³.

Avaliação

Complementaridade e encadeamento de ações são os dois pilares à sustentabilidade, e a avaliação é seu instrumento principal. A avaliação pode ser definida como a capacidade de mensurar objetivos e resultados para promover o constante aperfeiçoamento de processos, incluindo a difusão das melhores práticas: quanto se gastou para se atingir determinado objetivo? valeu a pena? o que tem de mudar? Toda a avaliação tem uma dimensão tangível e outra intangível, mas mesmo a dimensão intangível pode ser avaliada comparativamente, em relação a outras experiências com propósitos semelhantes. No contexto da RTS, avaliar significa dar valor, valorizar.

“A diferença entre experiências que dão certo e outras que dão errado consiste em algo muito simples: as primeiras projetam, realizam, erram e superam suas dificuldades; as outras desistem no meio do caminho. Experiências de êxito, que se tornaram exemplares, colecionaram uma série de problemas ao longo de sua trajetória. O êxito, portanto, não foi a ausência de insucessos, mas a capacidade de superação encontrada.”

*“Tecnologias sociais e políticas públicas”, de Antonio E. Lassance Jr. e Juçara Santiago Pedreira, publicado em *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*.*

A proposta de solução: ações em rede

A proposta de construir uma Rede de Tecnologia Social (democrática, dialógica, inclusiva) pretende contribuir para o enfrentamento do problema social, influenciando a elaboração de políticas públicas, fomentado e articulando os diversos agentes de desenvolvimento em ações complementares e sustentáveis.

³ O tema da avaliação como elemento indispensável à sustentabilidade das ações da RTS foi abordado por João Furtado durante apresentação na *1ª Conferência Internacional e Mostra de Tecnologias Sociais*, que retomou discussões anteriores da RTS.

O desenvolvimento que se busca concretizar através da Rede de Tecnologia Social é sustentável, porque assente na produção e apropriação do conhecimento pelas populações que assim o podem multiplicar de forma melhorada e ampliada. É integrado, porque encara os problemas nas suas várias dimensões, atacando-as sincronicamente.

O início: encontro de instituições

A criação da RTS teve início com o encontro de instituições governamentais e não governamentais em busca de sinergias e de aperfeiçoamentos de suas atuações através do uso de tecnologia, hoje qualificada como social. No início de 2004 iniciaram-se as primeiras reuniões.

A Fundação Banco do Brasil (FBB), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos, empresa pública vinculada ao MCT), a Petrobras, a Secom-PR (Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República) e o Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, em meados de 2004 prontificaram-se em organizar e conduzir um processo de mobilização e discussão para viabilizar a formação desta Rede.

Realizaram-se, então, encontros com os primeiros interessados em participar do debate, que proporcionaram um avanço na compreensão e um razoável consenso sobre o problema a atacar e sobre a noção de Tecnologia Social. Instituições como o ITS – Instituto de Tecnologia Social (criado em 2002), a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, do MCT (2003), o Centro Avançado de Tecnologias Sociais do Instituto Ayrton Senna (2004) já vinham, isoladamente, discutindo a questão.

Desde as primeiras conversas, ainda em 2003, esteve em pauta converter em políticas públicas o que hoje já se disseminou como Tecnologia Social, aliando as qualidades das instituições governamentais (possibilidade de dar escala às tecnologias sociais) às das não-governamentais (diversidade, pluralidade, capacidade inovativa, conhecimento das especificidades locais).

“A primeira condição para liberar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se autointitulam desenvolvidos. É assumir a própria identidade. Na crise de civilização que vivemos, somente a confiança em nós mesmos poderá nos restituir a esperança de chegar a um bom porto.” Celso Furtado, 1999, O Capitalismo Global⁴.

⁴ Este parágrafo foi usado por Flávio Cruvinel Brandão (MCT), integrante desta Rede, em epígrafe a sua dissertação de mestrado *Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas – PAT: avaliação de um programa de desenvolvimento tecnológico apoiado pelo CNPq*, defendida em 2001 na UnB, Centro de Desenvolvimento Sustentável.

Os artigos de Renato Dagnino (DPCT/IG/Unicamp), participante desta Rede, aprofundam o caráter não neutro da ciência e tecnologia, apontando para o descompasso existente entre a produção acadêmica e a sociedade. Ver sua apresentação preparada para a *1ª Conferência Internacional e Mostra de Tecnologia Social*, disponível no site RTS. Ainda no âmbito desta RTS, Dagnino escreveu também “A tecnologia social e seus desafios” e, juntamente com Flávio Cruvinel Brandão e Henrique Tahan Novaes, “Sobre o marco

Em um dos discursos públicos de apresentação da proposta da Rede, um dos participantes, Ministro de Estado, reconheceu a importância deste movimento que pode revelar soluções aos problemas sociais nascidos na base de comunidades e que podem se constituir em alternativas efetivas de desenvolvimento sustentável. Estas soluções são criativas, de baixo custo, mobilizam pessoas e grupos sociais. Para que se multipliquem é preciso remover obstáculos, avaliar experiências exitosas, é preciso transformá-las em políticas públicas. Mais do que começar do zero e despender esforços em atividades-meio, o que está em pauta é partir do que existe e democratizar o acesso das populações às soluções construídas por outras.

O objetivo deste *Histórico* é registrar os principais pontos abordados por instituições diversas cujas concepções, por vezes, distintas, não foram impeditivas de construir um objetivo comum, hoje ponto de partida para novas práticas e reflexões:

“O propósito da Rede de Tecnologia Social é promover o desenvolvimento sustentável mediante a reaplicação, em escala, de Tecnologias Sociais, articulando-as com instâncias governamentais para sua transformação em políticas públicas.”

“Tecnologia Social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.”

**Momento 1: Brasília, 15-16/7/2004:
articulações em torno de uma idéia e construção dos primeiros consensos⁵**

O primeiro encontro para a construção da RTS foi realizado nos dias 15 e 16 de julho em Brasília, e serviu para o reconhecimento mútuo entre as instituições e harmonização de visões sobre o tema. Participaram cerca de 30 pessoas, representando 20 instituições governamentais, organizações da sociedade civil, universidades e institutos de pesquisa, cuja avaliação manifestou opiniões (quantificadas por notas que variaram entre 7 e 10). Na avaliação do Encontro, houve menção à falta de objetividade e à diminuta participação de parceiros governamentais da área social e de ONGs, particularmente da Região Nordeste. Os principais elogios mencionaram a consistência da discussão de concepções e práticas, a unidade de propósitos e o avanço obtido.

A noção de Tecnologia Social

A primeira formalização da noção de TS teve como ponto de partida a relação de vários elementos e questões associados à idéia de Tecnologia Social por cada um dos participantes para que uma primeira definição fosse construída: *“Conjunto de técnicas e procedimentos,*

analítico-conceitual da tecnologia social”, ambos publicados em *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*, livro que pode ser solicitado à Finep ou virtualmente, no endereço:

<http://utopia.com.br/rts.net/artigos/Teconologia%20social.pdf>.

⁵ Todos os Encontros RTS estão documentados e disponíveis no Portal RTS.

associados a formas de organizações coletivas, apropriadas pelas comunidades, que representem soluções para inclusão social e melhoria da qualidade de vida”.

Tecnologia Social

Elementos para a construção do conceito

- Agregar valores, mudança cultural, composição e solidariedade.
- Conhecimento popular e científico devem somar-se
- Democratização, participação, apropriação
- Inclusão, qualidade de vida e protagonismo
- Integração e empoderamento
- Baixo custo, aplicação e reaplicação, adaptabilidade
- Sustentabilidade, autonomia, construção do conhecimento, mobilização e participação social
- Inclusão para transformação social
- As pessoas estão no centro do problema e da solução
- Desenvolvimento sustentável / Que seja sustentável e possa ser reproduzido
- Replicabilidade, escala e território
- Mensuração de resultados, indicadores, avaliação e desenvolvimento local.

Questões relacionadas

- Marco analítico -conceitual: histórico do conceito, ator relevante/ inovação, construção sócio-técnica
- Discussão informada, efeito demonstração, visão de rede e mudança.
- Melhoria incremental na ponta x mudança no estilo de desenvolvimento
- Passo técnico x ação política de governo
- Conceito x marca
- Reaplicação x replicação
- Tempo de construção social
- Disponibilidade de recursos financeiros
- Qual o horizonte temporal desta Rede?
- Quem são os atores da Rede?
- Quais são os indicadores das nossas ações?

Brasília, 15-16/7/2004

Replicação x reaplicação de Tecnologias Sociais

A discussão sobre replicação e reaplicação de tecnologias sociais mereceu destaque: há consenso entre os participantes sobre a possibilidade de multiplicá-las (afinal, é preciso atingir escala), mas esta multiplicação é possível “apenas na ponta do iceberg”, conforme o argumento mais forte presente no registro deste primeiro encontro. Desde então passou a usar-se o termo “reaplicação”, cujo sentido pretende contemplar a idéia de (1) reprodução com apropriação por parte das populações, (2) avaliação de acompanhamento e resultados para nova reaplicação, qualitativa e quantitativamente ampliada. O desafio colocado por esta discussão está no enfrentamento da escala sem a perda da riqueza proporcionada pela diversidade de organizações, comunidades e saberes (populares, tradicionais, técnicos, científicos).

Tecnologia social: estratégia de desenvolvimento?

Uma segunda ordem de questões foi colocada quanto à possibilidade de reaplicação de tecnologias sociais (em escala) para a construção de um desenvolvimento mais sustentável, atentando para sua dimensão social. Para atingir este objetivo, várias condições foram colocadas: intervenções integradas, avaliação como pré-requisito à reaplicação, existência de organização social nas comunidades onde as tecnologias sociais serão aplicadas, estrutura de incentivos (mecanismos de compra públicos, financiamento de pesquisas, certificação de tecnologia social, debate para que a idéia comece a se tornar pública). Além destas condições, foi colocada a necessidade de integração e interação com cadeias produtivas. O tom da discussão foi dado pela necessidade de integração entre atores, de forma a consolidar ações

cada vez mais sólidas e abrangentes. A integração inter e intra institucional, aliás, tende a ser um tema sempre em pauta, constitutivo da RTS.

RTS: objetivos, estratégia, composição e funcionamento

A identificação e integração entre vários bancos de experiências⁶ que já são ou podem vir a se tornar tecnologias sociais foi a primeira necessidade identificada pelos grupos de trabalho deste Encontro assim que começaram a aprofundar questões específicas à Rede. Além dos bancos de dados, articulação da mídia (foi lembrado o potencial difusor de informações e conhecimentos das rádios comunitárias e mesmo dos articulistas dos grandes órgãos de imprensa) e dos agentes de desenvolvimento presentes em todo o país em programas como os de saúde e educação. A inclusão de tecnologias sociais como financiáveis pelos fundos de C&T – Ciência e Tecnologia - foi lembrada⁷. Uma idéia simples mas articuladora de outras, foi a inserção, no currículo do ensino fundamental/básico/médio, o ensino sobre a localidade, que poderia ser uma forma consistente de promover processos locais de organização social. Como estratégia de construção da RTS foi mencionada, ainda, a importância informar os gestores de programas federais, no sentido de tornar a RTS o carro-chefe da política para o desenvolvimento econômico-social.

As quatro dimensões básicas da RTS foram destacadas: (1) garantir a pesquisa e desenvolvimento de novas Tecnologias Sociais quando identificadas demandas e/ou necessidades sociais não atendidas, (2) reaplicar as que já existem, (3) avaliá-las e monitorá-las, (4) financiá-las. Além destas quatro dimensões, o princípio básico de transparência na formação e gestão da rede esteve presente: *"A RTS é um instrumento de organização coletiva para a democratização de soluções tecnológicas que promovam a inclusão social."*

Do ponto de vista da constituição formal da Rede, foi defendido que a Rede não assumisse uma personalidade jurídica própria, pois seu objetivo é reaplicar tecnologias através da articulação dos atores que já as aplicam, ainda que em escala diminuta. Sobre sua estrutura e funcionamento, várias propostas foram levantadas, mas houve consenso sobre a necessidade de um Conselho Gestor, cuja composição contemplasse governo, instituições públicas, organizações da sociedade civil, universidades e institutos de pesquisa, organizações vinculadas à iniciativa privada, financiadores. Este Conselho poderia ainda se desdobrar em grupos de trabalho, agregando outros participantes.

⁶ Na ocasião foram identificados os banco de dados da FBB, Instituto Pólis, Fundação Ford/FGV, Cepam – Centro de Estudos para a Administração Municipal/Fundação Prefeito Faria Lima, IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Instituto Ethos, Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SNAI – Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do PT. Posteriormente a este Encontro foi levantada a possibilidade de se construir um novo banco de dados, pois nem sempre os bancos de dados existentes têm informações qualificadas.

⁷ Em encontro posterior esta idéia reapareceu. Incluir tecnologias em fundos setoriais pode se refletir mais em desenvolvimento de novas tecnologias que no aproveitamento e aperfeiçoamento das que já existem, fundamento da proposta RTS.

Momento 2:**formação de grupos de trabalho para aprofundar concepções e viabilizar operações**

No início de agosto formaram-se quatro Grupos de Trabalho: GT 1 - Sistematização de conceitos e critérios da RTS; GT 2 - Integração de redes e bancos de dados; GT 3 - Articulação, sensibilização, mídia e financiamento; GT 4 - Estrutura da RTS. Estes Grupos agregaram cerca de 30 pessoas. No segundo momento de trabalho dos grupos, em setembro de 2004, os líderes de cada GT participaram das reuniões de outros GTs a fim de intercambiar informações e consolidar conceitos entre GTs. Das reuniões dos Grupos de Trabalho veio o aperfeiçoamento conceitual, algumas propostas de operacionalização da Rede e o início da programação de ações, com a 1ª Conferência Internacional e Mostra de Tecnologia Social.

O resultado dos trabalhos dos grupos foi apresentado em 6 de outubro, em Brasília na qual também se decidiu pela formação de uma Comissão Organizadora, composta por FBB, Finep, MCT, Petrobras, Sebrae, Secom, instituições que vêm participando ativamente dos debates e contribuindo com recursos (humanos, financeiros, econômicos) nesta empreitada.

GT1 – Sistematização de conceitos e critérios

A ação da RTS foi sistematizada em quatro linhas: (1) identificação do componente tecnológico dos problemas sociais; (2) mobilização de recursos (humanos e financeiros) para sua solução; (3) avaliação das tecnologias e de resultados; e (4) reaplicação. As propostas de ação da RTS estariam assentes em programas estruturantes, cujas prioridades seriam dadas por:

- capacidade de integração entre os temas prioritários
- interesse nacional
- capacidade de promover autonomia e emancipação, potencialidade de melhorar a capacidade organizacional da comunidade
- relação custo-benefício
- potencial de abrangência (reaplicabilidade)
- avaliação, a partir de parâmetros mensuráveis quantitativos e qualitativos, que permitam comparação
- viabilidade, particularmente ambiental.

GT 2 - Integração de redes e bancos de dados

O principal tema deste grupo foi o Portal RTS, a construir com software livre: estrutura, funcionamento, atendimento a demandas e públicos diferenciados. Além das funcionalidades próprias do Portal, estava em pauta a integração das várias redes e bancos de dados existentes, que deveria ser iniciada pelo contato com as instituições que os mantêm. Além das informações específicas sobre tecnologias sociais, o site previa a criação de um sistema de informações municipais, capaz de fornecer insumos não só para os órgãos do governo central (estadual, federal), mas para os próprios municípios, subsidiando sua organização através de informações sobre seu território.

GT 3 - Articulação, sensibilização, mídia e financiamento

Um dos primeiros encaminhamentos do Grupo foi focar as ações de articulação e divulgação da RTS através da *1ª Conferência Internacional e Mostra de Tecnologia Social*, efetivamente

realizada em novembro. Na Conferência também foi lançada a primeira publicação sobre tecnologia social, que reuniu vários artigos de participantes das discussões sobre a proposta de criação da RTS: *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*.

GT 4 - Estrutura da RTS

O primeiro desenho-síntese da RTS proposto por este Grupo contemplava um primeiro momento de estruturação da RTS, no qual a Comissão Organizadora (formada pelas instituições mais envolvidas no processo) assumiria as principais tarefas (e os custos) necessárias à sua efetiva constituição. A partir da constituição da Rede, propunha-se uma estrutura de governança composta por um conselho gestor (6 membros permanentes e 7 rotativos) e um comitê coordenador (10 integrantes, uma secretaria executiva e equipes contratadas para serviços específicos), cuja composição seria aprovada pelo conselho gestor.

Momento 3:

1ª Conferência Internacional e Mostra de Tecnologia Social - ampliação do debate e reconhecimento público

A 1ª Conferência Internacional e Mostra de Tecnologia Social, realizada em novembro em São Paulo, durante três dias reuniu cerca de 400 pessoas para discutir conceitos e apresentar propostas de operacionalização, que no geral mostraram-se ainda pouco detalhadas. Além das mesas, os três dias de trabalhos propiciaram a realização de debates públicos ('mesas redondas' que excederam a possibilidade desse lay-out) sobre a proposta da RTS, sobre Registro (patente social e propriedade intelectual), difusão e transferência de TS e Economia Solidária e Tecnologia Social.

No momento da Conferência foi lançado o livro *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*, que reúne artigos de alguns dos participantes da Rede e aprofundam várias das discussões iniciadas em seu âmbito. No local da Conferência (Anhembi), havia ainda uma Mostra de Tecnologia Social, o que permitiu aos visitantes conhecer experiências concretas de tecnologias sociais.

Escala e conhecimento

Dos temas mais discutidos, transformar a Rede em política pública foi bastante defendido, inclusive pelos representantes do Governo Federal. O conhecimento como a alavanca ao desenvolvimento das populações, a associação entre conhecimentos diversos (populares, tradicionais e técnico-científicos), a remoção de obstáculos à criação de soluções (inventivas, originais) foi um dos temas que mais despertou interesse. O pesquisador indiano Anil Gupta expôs um sistema de proteção a inovações populares que mostrou (através de pequenos vídeos) como inovações simples e baratas podem solucionar problemas comuns a diferentes populações. A idéia básica é que, mais do que criar algo para as populações pobres, deve-se tirar os obstáculos que existem à criação de soluções: "basta estar conectado para que o pequeno ganhe escala". A possibilidade de conexão, no caso brasileiro deve ser prioritariamente através da televisão e rádio, veículos que atingem a quase totalidade do território nacional.

Além do reconhecimento ao conhecimento popular, foi levantada a possibilidade de construção de uma plataforma inspirada na Lattes, voltada para competências mais extencionistas que acadêmico-científicas.

Programas governamentais e TSs

Os principais programas governamentais mencionados como diretamente ligados à proposta da RTS foram o *Casa Brasil* (conexão de internet a baixo custo) e o *Soldado Cidadão*, no qual o Exército trabalha a formação dos jovens em questões sociais nacionais e profissionaliza-os, em integração com o Programa Primeiro Emprego. Como ações de reaplicação em escala de tecnologias sociais, mencionou-se o programa de cisternas, que para ser viabilizado localmente depende de organização social capaz de formar mutirões.

Tecnologia, tecnologia social: conservadorismo ou transformação social?

Diferentemente do que estamos acostumados a assistir em debates públicos, em que se explicitam poucas divergências, alguns temas da conferência desencadearam confronto de posições. Houve os que defendessem que o aproveitamento da criatividade e capacidade inovativa não pode ser dado por nenhuma tecnologia. Nesse sentido, “tecnologia social” encerraria uma contradição, resolvida por arranjos e soluções não rotineiros. A noção de tecnologia seria um conhecimento codificável, aplicado a um objeto – ou seja rotineiro.

Ainda neste debate, a possibilidade de transformação social através da apropriação tecnológica foi discutida: seria possível, através dos mecanismos de produção do conhecimento presentes na sociedade capitalista gerar transformação social desta sociedade ou impõe-se a construção de conhecimentos de novo tipo, estes sim apropriados à construção de uma nova sociedade? Seria a idéia de tecnologia social similar à de “assistência social”, adequada ao século XXI? É possível criar “centros de inovação tecnológica”, com foco na dimensão social? Estes debates mostram que a Conferência atingiu um dos objetivos da proposta da RTS, qual seja, uma rede democrática, dialógica, inclusiva.

RTS como rede de ação e articulação

Quanto ao caráter da Rede, enfatizou-se que a RTS não deve servir apenas à divulgação de informações, mas deve avançar e realizar ações: as atividades-meio não podem sobrepôr-se às atividades-fim. Assim, 2005 deve ser iniciado com uma ação de reaplicação de tecnologias sociais.

A RTS deve, ainda, ser a articuladora entre diferentes tipos de detentores de recursos: detentores de recursos financeiros e econômicos procuram projetos no âmbito social reconhecidamente validados (submetidos a avaliação e aperfeiçoados) e organizações com profissionais capazes de os executarem.

Momento 4: Construção da RTS: proposta de Estruturação da Rede e Plano de Ações/2005 - janeiro de 2005

Depois de cerca de um ano de articulações e de seis meses de discussões coletivas, iniciar a ação torna-se urgente. O Encontro de Janeiro, com cerca de 100 participantes dos quais 80

reunidos em grupos de trabalho, discutiu as propostas sistematizadas pela Comissão Organizadora sobre a Estrutura da Rede e os traços gerais do Plano de Ações para 2005.

Dentre as propostas esteve em pauta a importância da disseminação de informações não só virtualmente (através de Portal web), mas nas localidades. Propôs-se, inclusive, formas regionais ou estaduais de representação da Rede, de forma a manter mais próximos seus elos. O uso de rádios comunitárias (informação em tempo real de abrangência universal) foi bastante enfatizado.

A estrutura de governança não foi definitivamente fechada, mas garantiu-se espaço para sua discussão. Os Encontros RTS têm a prerrogativa de discutir e elaborar propostas de ação, mas é preciso ponderar as deliberações da RTS: as instituições que mantêm seu funcionamento têm mecanismos próprios de alocação de recursos, cuja decisão final lhes cabe.

Quanto à reaplicação de tecnologias sociais propriamente dita, a dimensão ambiental como critério à seleção de TSs foi enfatizada por vários dos participantes, assim como a organização social presente nos territórios: caso não exista, é preciso desenvolvê-la como forma de garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas. A avaliação foi apresentada como um elemento imprescindível, que *precede, acompanha e conclui* toda e qualquer ação social consequente. O tema Cadeias Produtivas foi retomado por este Encontro, em relação à Amazônia, onde várias instituições públicas e privadas o trabalham, principalmente nas cadeias de fruticultura, piscicultura, madeira e móveis, fitoterápicos e fitocosméticos.

Mesmo avançando em alguns pontos, ainda se mostraram necessários vários detalhamentos para que o início das atividades de reaplicação de tecnologias sociais pela RTS se tornasse realidade. Assim, a Comissão Organizadora optou por desenvolver entre seus integrantes (as seis instituições que têm mantido a estruturação da RTS) um Plano de Ações 2005, a partir do qual se tornarão mais claros os aperfeiçoamentos necessários à consolidação da RTS.

* * *